

Acta da sessão da Assemblia de installação do Syndicato
dos Constructores Civis de Dictoria, realizada em 3 de
Outubro de 1934.

Dos tres dias do mez Outubro da
mil novecentos e trinta e quatro, nesta cidade de
Dictoria, Capital do Estado do Espirito Santo, a' hora 7
de Setembro n.º 60, Reunidos ouse Constructores Civis,
representando a maior parte da classe, o seu Andre
Carboni convida os presentes a designarem um presi-
dente para dirigir os trabalhos da Reuniao, sendo
aclamado o seu Radagasio Alves, que convida para
constituirem a mesa os seus Camillo Giavardoli e
Beacici. O seu Andre Carboni convida para
mostrar as vantagens multantes para a classe, mediante
sua organização de accordo com os seus vizinhos, mediante
propoe seja considerado installado o Syndicato de
Constructores Civis de Dictoria, obtendo a installação
unanimemente approvada. Em seguida submete a
o projecto dos estatutos, sendo os mesmos discutidos
e votados, artigo por artigo, conforme copia autographada
da annexada a esta. De accordo com os estatutos, pro-
cede-se a eleição da primeira Directoria, cujo resultado
foi terminada em tres de Outubro de mil novecentos e
trinta e seis, verificando-se o seguinte:
Presidente, seu Aurelio Porto, Secretario,
Radagasio Alves, Tesoureiro, seu Camillo Giavardoli,
seu Andre Carboni, seu Antonio
Pardoso. Todos os electores

trabalho e colla-
ção e tubuna

eficencia
do corre os re

constructores legal

installação

representa

estado civil

geral

Reuniao do

os

APRESENTAÇÃO

Como presidente do Sindicon, coube-me a honra de apresentar esta obra que registra, de forma marcante, a história da Construção Civil no Estado do Espírito Santo. É, portanto, um privilégio presidir a entidade neste momento ímpar.

A idéia de produzir um livro que registrasse as passagens da consolidação e desenvolvimento do setor da construção civil em nosso Estado surgiu na gestão de nosso companheiro, o engenheiro José Eduardo Kossatz de Berredo, a quem servi como diretor por dois mandatos. A tarefa de desenvolvimento do projeto foi delegada ao então diretor da entidade, o economista Celso Siqueira Júnior, um entusiasta da idéia.

Com a posse da nova diretoria, em março de 2004, assumi a presidência da entidade, e o projeto manteve-se como meta a ser alcançada. Foram então delegadas ao atual diretor José Luiz Galvêas Loureiro, também entusiasmado pelo projeto, a supervisão e a responsabilidade pelas ações que redundariam na publicação da obra, que se revela uma peça de alto valor histórico e de esmerada elaboração gráfica.

Como se vê, o projeto do livro não se interrompeu com a mudança de comando no Sindicon. Muito pelo contrário, a idéia ganhou corpo e se materializou através de ações que viabilizaram sua edição.

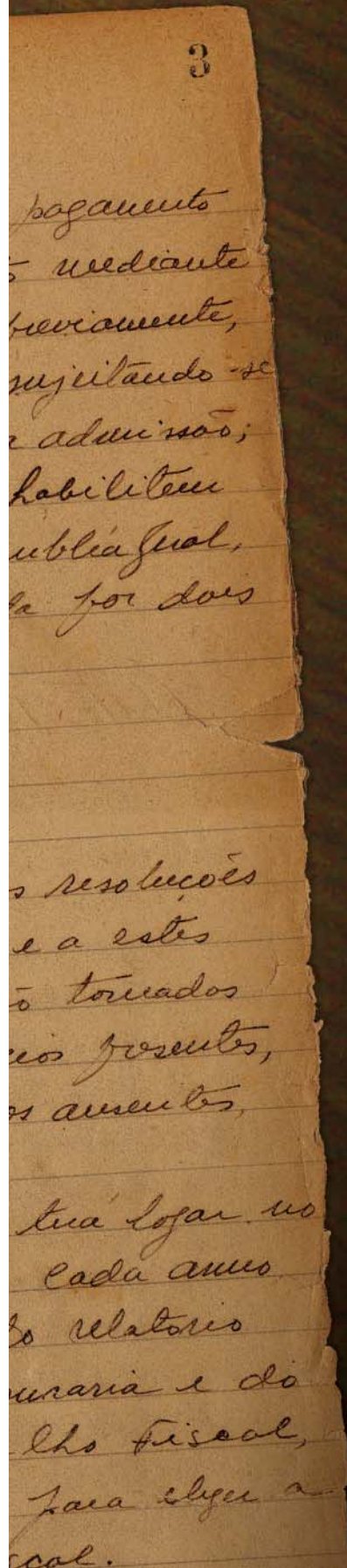
Ao longo de mais de 70 anos, o Sindicon vem se afirmando como uma entidade forte e legítima representante do segmento econômico da Indústria da Construção Civil em nosso Estado. A grande virtude de todas as suas diretorias foi a de dar continuidade a trabalhos e ações sempre empreendidas em consonância com as mais justas e corretas diretrizes visando ao interesse, à defesa e ao fortalecimento do setor. Desde a sua fundação, em 1934, 13 presidentes dirigiram a entidade. E, desde então, o Sindicon evoluiu, consolidou-se e tornou-se um organismo que congrega o pensamento de uma categoria econômica que representa, em nosso Estado, cerca de 10% do PIB estadual.

Agora, 71 anos depois da sua fundação, pudemos resgatar boa parte dessa história, repleta de realizações, graças a um trabalho criterioso de pesquisa e de contextualização informativa, a cargo do professor Carlos Teixeira de Campos Júnior, ilustrado por rico acervo fotográfico. O livro relata não só as mais importantes passagens da trajetória da construção civil em nosso Estado, mas, principalmente, aquelas mais relevantes, à sua época, sob o ponto de vista do que significaram para a transformação das cidades, com seus impactos na cultura predominante. Cada fato ou obra aqui registrada significa um marco expressivo na evolução de nosso setor até os dias de hoje, quando a Construção Civil capixaba desponta no cenário estadual e nacional com alto grau de tecnologia, qualidade e produtividade.



Aristóteles Passos Costa Neto

Presidente





PREFÁCIO

Os limites iniciais, as suas fases transformadoras e os empecilhos persistentes são considerados numa perspectiva abrangente que abarca desde o sentido da colonização em que a riqueza aqui produzida servia para alimentar o comércio da metrópole. As cidades brasileiras, fundamentalmente litorâneas, ficavam à míngua, se não representassem justamente aquilo que não eram a riqueza e o poder externo que as colonizava. Elas dependiam, sobretudo, da riqueza da produção regional onde serviam como catapulta dos produtos a serem exportados. Assim, essas cidades voltadas para o mercado externo, sem terem relação uma com as outras e limitadas à sua própria região produtiva, alimentavam apenas um incipiente mercado interno incidindo em poucas obras nem sempre significativas.

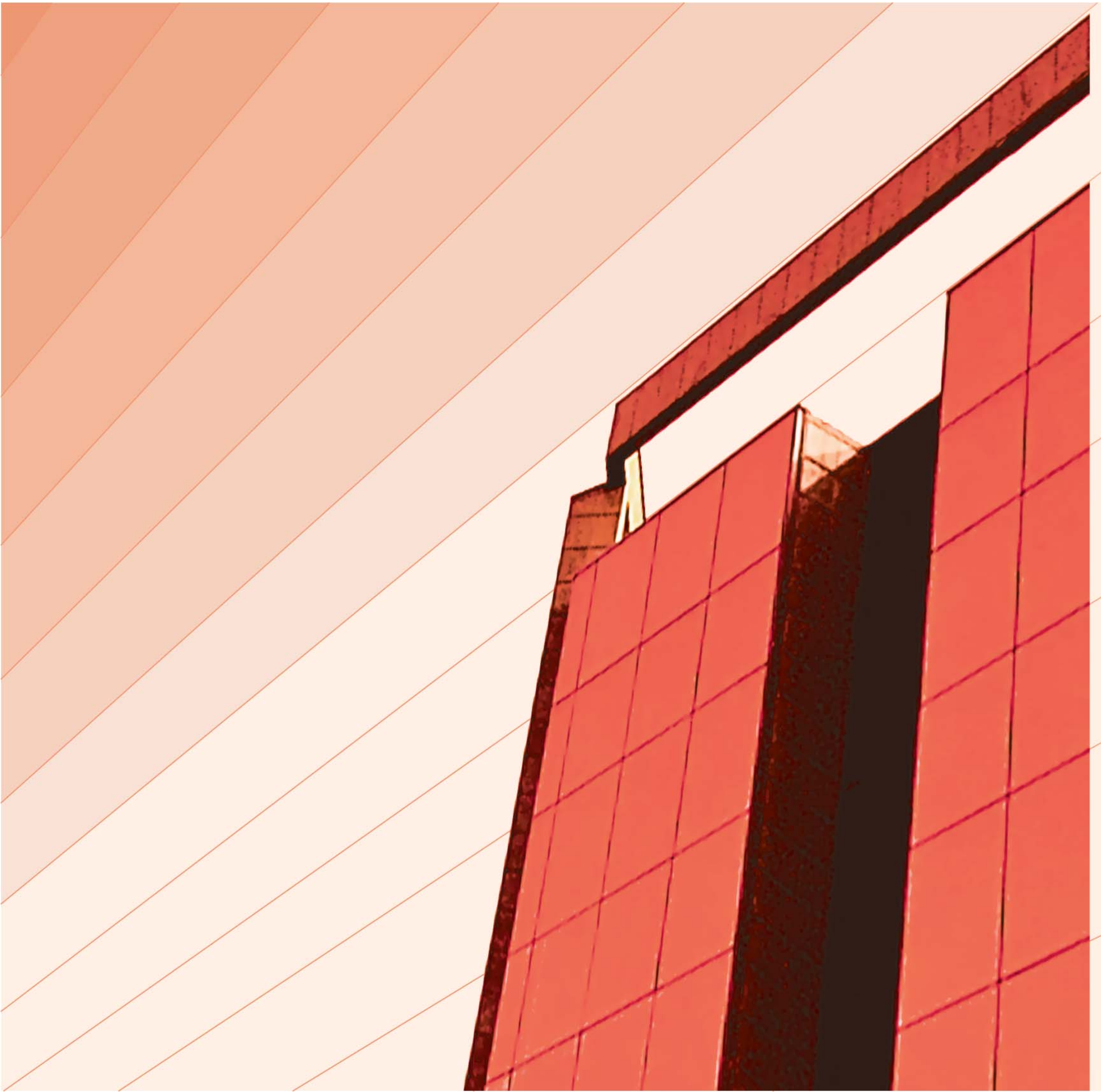
Em Vitória as obras portuárias, embora realizadas por diferentes empresas, não couberam a empresas locais. Foram as obras públicas de menor porte e a construção de edifícios, especialmente de moradia, que formaram o mercado e se abriram para os agentes locais da construção. Campos Jr. soube no contexto dessa transição histórica resgatar e identificar os emergentes mestre-de-obras, as firmas construtoras, os prédios edificadas e as primeiras obras significativas. O mercado imobiliário estava ainda em formação, havia poucos construtores; eram imigrantes sobretudo, podendo-se dar destaque ao português ao lado de italianos.

A arte de construir passava de pai para filho, era uma capacitação adquirida no canteiro de obras. Constituíam-se num saber raro e verdadeiro patrimônio familiar, onde o saber-fazer era tão importante quanto ter para quem fazer, daí a importância do deslinde da relação entre o contratante e o contratado, em que aquele, integrante de famílias tradicionais de Vitória, tinha a capacidade de definir onde, como e o que seria realizado pelo construtor contratado. As possibilidades da realização de obras na cidade não eram muitas e estavam limitadas por essa relação na construção. O desvendamento dessa relação, realizado por Campos Júnior, auxilia na compreensão da forma urbana emergente e também das suas transformações espaciais e sociais associadas ao desenvolvimento econômico da cidade e do setor da construção. Foi nesse contexto que se deu a criação do Sindicato, construía-se para morar, quase nada para alugar ou vender: as obras eram poucas e únicas. Muito diferente da situação atual.

É a partir do seu olhar sobre essa transformação do Sindicato, da cidade e do próprio desenvolvimento da construção que Carlos Teixeira de Campos Júnior nos mostra, neste livro de interesse, o que aconteceu no Espírito Santo nos últimos 70 anos. Cabe a nós entendermos o que aconteceu e melhorar no que pudermos a cidade nas suas transformações.

Paulo Cesar Xavier Pereira

Sociólogo, doutor em Ciência Política, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.



INTRODUÇÃO

Não imaginavam aqueles que criaram o Sindicato dos Construtores de Vitória a dimensão e a importância que teria, após 70 anos, o segmento produtivo que representavam. No dia 3 de outubro de 1934, reuniram-se 11 construtores, na rua Sete de Setembro, nº 60, com o propósito de examinar um documento que, debatido e aprovado, artigo por artigo, veio a ser o estatuto da sua entidade de classe. Na mesma sessão daquele dia 3 de outubro, instalava-se o “Syndicato dos Constructores Civis de Victoria”, tendo como presidente o Sr. Aurélio Porto, como secretário o Sr. Radagásio Alves, como tesoureiro o Sr. Camilo Gianordoli, enquanto o Conselho Fiscal era formado pelos senhores André Carloni, Antônio Becacici e Vitorino Cardoso. Não havia nenhum engenheiro nos quadros dessa diretoria.

Na reunião de 30 de maio de 1935, já em nova sede, situada à avenida José Carlos, s/n, hoje Marcos de Azevedo, o presidente do sindicato dava conhecimento aos presentes de que, “por despacho de 11 de março do corrente ano, proferido no processo D.V.C. nº 22.639, foi o Syndicato dos Constructores Civis de Victoria, reconhecido pelo Senhor Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em data de 22 de maio de 1935”.

Seis anos após a instalação do Sindicato dos Construtores, seu estatuto foi reformulado para adaptar-se ao estatuto-padrão recomendado pela Portaria Ministerial nº SCM-354, de 22 de maio de 1940. Na oportunidade via-se a necessidade de estabelecer “o seu reconhecimento como Sindicato Representativo da Categoria Econômica de ‘Indústria e Construções Civis’” e de estender sua representatividade a todo o território estadual. Requeria-se naquela ocasião o enquadramento do

Sindicato dos Construtores Civis de Vitória no 3º grupo dos sindicatos que tem a denominação de Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo, bem como, a ratificação do seu conhecimento, deveria ser com base territorial em todo o Estado do Espírito Santo.¹

Resultado: no dia 9 de janeiro de 1942 foi registrada no Departamento Nacional do Trabalho – Processo nº D.N.T. 13.064 de 1941 – a Carta Sindical, no Livro nº 7 fls. 2., e, dias depois, a 28 de janeiro, o ministro dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio aprovava os estatutos e reconhecia o sindicato, com a denominação de Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo, como entidade representativa da

respectiva categoria econômica da indústria da construção, na base territorial do Estado do Espírito Santo, conforme o regime instituído pelo Decreto-lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939.²

A inexpressividade do sindicato, naquele tempo, relativamente a hoje, deve ser vista no contexto do que eram o Espírito Santo e a construção civil da época. O depoimento³ do construtor Radagásio Alves, presidente⁴ da mesa que instalou o “Syndicato dos Constructores Civis de Victoria, revela muito bem como era a construção civil em Vitória durante os anos 30:

Aqui naquele tempo, quando se fazia uma casa, uma casa qualquer, parecia que se estava construindo uma cidade; todo mundo queria observar, porque aluguel de casa aqui era 30 mil réis por mês, e anos e anos a mesma coisa. Então, quando se fazia uma casa assim, era uma temeridade. O aluguel era muito baixo e não animava ninguém a construir. Para alugar não havia possibilidade, só mesmo coisa própria.

Construía-se pouco e somente casas baixas, encomendadas como moradia própria. Não era comum construir para cobrar aluguel. O edifício Glória, construído em 1926, com cinco pavimentos, era o prédio mais alto de Vitória. De acordo com pesquisas realizadas no arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), na década de 1920 foram concedidas 704 licenças de construção em todo o município de Vitória, e na década seguinte, 734. O levantamento censitário de 1937, realizado pelo prefeito Paulino Müller,⁵ indicava a existência em Vitória de 25 construtores, 4 fábricas de cal e 2 de ladrilho. A população do município em 1930 contava 30.169 pessoas e em 1940 correspondia a 45.212.⁶ O Espírito Santo vivia do café, e Vitória assumia a função de capital comercial desse produto, além de ser a sede administrativa do Estado.

Como entender o crescimento da construção civil? O imobiliário, no capitalismo, teve antigamente uma importância menor; segundo Lefebvre,

ramo de produção primeiramente subordinado, quase artesanal, a construção tinha antigamente menos importância que a produção do aço ou do açúcar (apesar do adágio: quando a construção vai, tudo vai). Ora, a situação desse ramo mudou completamente, e não somente nos grandes países industrializados (LEFEBVRE, 1968, p. 232).

O que mudou na construção civil do Espírito Santo nos últimos 70 anos?

1 Cf. a Ata da Sessão Extraordinária do Sindicato dos Construtores Civis de Vitória realizada em 26 de fevereiro de 1941.
2 Cf. os livros de atas e a Carta Sindical nos arquivos do Sindicon.
3 Depoimento dado ao autor em fevereiro de 1993. O Sr. Radagásio Alves veio para o Espírito Santo em 1927 e em 1930 começou a construir. Fez inúmeras obras. Na década de 50 fundou a Pedreira e a Construtora Rio Doce. Esta foi uma das mais importantes empresas de construção do ramo imobiliário do Espírito Santo.
4 Leia-se a ata de 3 de outubro de 1934, que trata da instalação do “Syndicato dos Constructores Civis de Victoria”.
5 Cf. exposição feita pelo Dr. Paulino Müller, prefeito de Vitória, sobre a questão dos negócios públicos do município durante o período de julho de 1936 a junho de 1937.
6 BUFFON, 1992 e IBGE. Censos Demográficos de 1940 e 1950.

